Director: MANUEL DA SILVA CAMPOS
Editor: CARLOS MARIA COELHO
Propriedade da CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
Aderente à Associação Internacional dos Trabalhadores
Assinatura: *Incluindo o suplemento semanal, Lisboa, mês 9$50; Provincia, 3 mesés 28$50; Africa Portuguesa, 6 meses 70$00; Estrangeiro, 6 mesés 110$00.*

A BATALHA

Redacção, Administração e Tipografia
CALÇADA DO COMBRO, 38-A, 2.º andar
LISBOA—PORTUGAL
TELEFONE 539 TRINDADE
Oficinas de Impressão e Esteriotipia
RUA DA ATALAIA, 114 e 116
Este jornal não se publica às segundas-feiras.—Não se devolvem os originais.—Dos artigos publicados são responsáveis os seus autores.

QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 1925 — DIÁRIO DA MANHÃ — PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA — PREÇO 30 CENTAVOS — ANO VII — N.º 2008

O PARLAMENTO E AS DEPORTAÇÕES

Ontem na Câmara dos Deputados, o sr. Pina de Morais (democrático) dirigindo-se ao chefe do govêrno disse:

O govêrno não procedeu dèntro dos ditames da pura Democracia deportando em massa. Nem em tempo de guerra se deporta dessa maneira brutal.

O govêrno tinha recursos para distinguir os inocentes dos culpados e para castigar estes últimos pelos processos legais.

As deportações foram feitas contra tôdas as normas do Direito!

Na mesma sessão o sr. Pedro Pita (nacionalista) referiu-se da seguinte forma ao caso dos espancamentos:

O espancamento de presos é uma monstruosidade à face de todos os princípios — monárquicos ou republicanos. Está fora de tôdas as leis de humanidade!

Entre as centenas de pessoas que compõem a corporação da polícia algumas há pelas quais o ministro do Interior não ousará responsabilizar-se!

Não pode ser!

Fala-se por aí numa nova leva de presos para fora do continente. Não é concebível, porém, que o govêrno, demais a mais polìticamente numa situação periclitante, ouse, contra a opinião pública, fazer novas deportações. O govêrno não pode ter nenhum prazer em provocar mais uma vez a indignação de todas as pessoas de bem e de princípios, que se não deixam arrastar por sectarismos.

Praticaram-se já graves injustiças. A campanha feita na imprensa, com o pretexto dos atentados da Legião Vermelha, campanha que chegou a ser paga à linha pelas fôrças-vivas, pôde até certo ponto desculpar o acto inconsiderado do govêrno, da primeira vez que praticou êsse atentado contra os legítimos direitos de defesa dos acusados.

Mas agora, depois do clamor geral que essas deportações provocaram, não é compreensível que o govêrno queira insistir num gesto que tão reprovado foi.

A própria imprensa republicana, governamental mesmo, não o apoiou nessa sua infeliz acção. Como admitir, pois, que o govêrno reincida ainda, com o mais absoluto desprêso pela opinião dos seus próprios correligionários?

No princípio, dada a confusão que a imprensa das fôrças-vivas estabeleceu, pôde o govêrno fazer deportações à sombra da Legião Vermelha. O terror que esta instituição provocara, cobria todas as violências. Mas pouco a pouco a serenidade voltou, e toda a gente começou a considerar na enormidade de se englobarem sob a designação de legionários vermelhos, criaturas que não têm responsabilidade com essa sociedade terrorista.

Sabe-se que há inocentes que foram deportados. Para serem julgados, diz-se. Mas julgados nas piores condições, sem poderem produzir amplamente a sua defesa e arriscando-se a ser condenados inocentes.

Os êrros judiciários são de todos os dias. E' preciso o máximo cuidado para os evitar. Ora o julgamento fora dos locais onde o crime se pratica é criar as próprias condições para que esses êrros se dêm. E' contra isso que nós protestamos, sem que êste facto envolva qualquer espécie de solidariedade com criminosos.

Ainda que os que nada fizeram e nenhuma responsabilidade têm nos crimes de que os acusam venham a ser absolvidos, mesmo assim não deixarão de ter sofrido com a violência que se lhes impôs, com os maus tratamentos a que vão estar sujeitos, não sendo dos menores o próprio clima inóspito a que os submeteram.

Uma nova leva de deportados, nestas condições, seria caso para provocar as maiores indignações. Não queremos, por isso, acreditar que tal se venha a dar.

Notas & Comentários

Medida inteligente

A polícia andou afixando nas paredes uns papelinhos, onde se insultam dois deportados que não se podem defender. Não indicam os papelinhos a sua proveniência — não se sabe quem os edita, nem quem os imprime, nem quem os escreve. Entretanto o governador civil que tão rigoroso é na apreensão de impressos que não indicam a sua proveniência permite que aqueles, a-pesar de ilegais, se mantenham colados nas paredes. Pior: é a própria polícia que vigia a integridade dos papelinhos, na sua missão agora freqüente de velar por todas as ilegalidades. Os prospectos pretendem criar contra Bernardino dos Santos e Arsenio José Filipe um ambiente que justifique as suas deportações arbitrárias. E o curioso é que dos mesmos papeis se depreende que êsses operários foram deportados por simples suspeita... *Não podiam os deportados encontrar, pois, melhores defensores!*

Como um côrno...

Inseria ontem o Diário de Lisboa *um «eco», cuja doutrina, retoreida como um côrno de carneiro, tendia a demonstrar que, discordando a organização operária dos atentados atribuídos à famigerada «Legião Vermelha», não tinha razão para protestar contra as deportações de indivíduos pela polícia classificados de «legionários».*

Nunca nos solidarizámos, nem o faremos jàmais, com os referidos delitos, o que não podemos é calar-nos ante a iniqüidade constituída pela deportação de indivíduos, criminosos ou não, sem que os tribunais os tenham julgado, sem que lhes tenha sido formada culpa sequer.

O que não podemos é ficar indiferentes a uma lei de excepção, que briga com os próprios princípios democráticos do regime vigente.

Pelos mesmos motivos os organismos operários têm protestado e não por se solidarizarem com violências escusadas.

A moral burguesa

Discutiu-se ùltimamente em Genebra a questão do comércio das armas.

Protestou-se com indignação contra o armamento livre dos indivíduos e também contra o emprêgo dos gazes asfixiantes na guerra.

Concluiu-se que era preciso proïbir a exportação de máquinas de guerra, mas que os Estados eram livres de intensificar esta produção.

De forma que segundo a moral arrevezada dos conferencistas de Genebra é crime matar um homem, mas é honroso manar assassinar milhares dêles!

"RENOVAÇÃO"

Assim se intitula a revista anunciada e cuja aparição é saudada por todos como uma esperança de renovação espiritual

A nòticia de que, em breve, por iniciativa da Secção Editorial de *A Batalha*, surgirá no campo das nossas ideas uma revista gráfica que foque e registe os factos que mais interessam ao mundo do trabalho, foi acolhida com muita simpatia e, em volta dessa iniciativa, está-se já criando uma espectante ansiedade.

As preguntas: «como se intitula a nova revista?» e «quando sai o 1.º número?» são-nos feitas de tôda a parte, numa justificada e animadora curiosidade, que lamentamos não poder ainda hoje satisfazer. E' que a data do seu aparecimento só será fixada quando a Secção Editorial de *A Batalha* estiver de posse de todos os elementos que supõe necessários para que a sua tentativa resulte tanto quanto possível frutuosa.

Prosseguindo na sua obra de emancipação e educação dos trabalhadores, a Secção Editorial de *A Batalha* não vem animada, ao tomar esta iniciativa, de outros desejos que não sejam o de ser útil ao ideal por que se bate a organização operária portuguesa. Não a impulsionando intuitos comerciais, ela bem sabe que o êxito da sua empresa depende do acolhimento que queiram saibam dispensar-lhe os amigos, os agentes e os leitores de *A Batalha*.

Mas se não podemos fixar já a data do aparecimento da nova revista, podemos desvendar-lhe desde já o título: — **Renovação**.

Palavra melhor não encontrámos que melhor exprimisse os fins da revista. O seu título é todo o seu programa, é todo o seu objectivo: — *renovar* é substituir por coisa melhor, e nós perseguirmos a substituição desta organização social anti-natural e injusta por uma sociedade melhor.

Renovação, significa vida nova; E é por uma vida nova, por um mundo novo para humana espécie que nos lutamos e o que nós doutrinamos.

Renovação nas ideas, nas artes, nas sciências, na moral e na educação, nos sentimentos e nos costumes, na vida social, enfim — é o programa e o objectivo que a nova revista agita e persegue. Que melhor título, pois, lhe caberia do que de **Renovação**?

PERSEGUIÇÃO Á IMPRENSA COMUNISTA

LONDRES, 17. — O govêrno inglês proïbiu a circulação na Grã-Bretanha do jornal russo *Pravda*, órgão do partido comunista. — (L.)

PARIS, 17. — Vai ser proïbida a publicação do jornal comunista *Paris Messenger*, fundado há um ano, e que durante largo tempo tem sustentado uma violenta campanha contra a Roménia, procurando auxiliar o regresso da Bessarábia à Rússia. — (L.)

A LUTA CONTRA AS DEPORTAÇÕES

O proletariado do Pôrto vai promover um significativo protesto contra as prepotências do govêrno

PORTO, 16. — Efectuou-se ontem, na U. S. O. do Pôrto, uma nova reünião de delegados e direcções dos sindicatos profissionais, estando presentes os seguintes organismos: Sindicatos únicos Metalúrgico, Construção Civil, Calçados, Couros e Peles, Mobiliário e Texteis do Pôrto e Gaia; Ligas das Artes Gráficas e Viação; Associação dos Litógrafos, Carregadores e Descarregadores de Terra e Mar do Pôrto e Gaia, Confeiteiros, Jardineiros, Manipuladores de Pão, Barbeiros, Marítimos da Foz, Corticeiros do Pôrto e Gaia, Chauffeurs e Moços de Fretes; e União dos Empregados no Comércio.

Mais uma vez foi debatida a ignóbil atitude dos poderes constituidos da ditadura democrática, prevalecendo a opinião de que o movimento deve ser nacional, pois só assim se conseguirá meter na ordem a tirania revoltante de Vitorino Guimarães.

Depois de quási todos os presentes se pronunciarem contra o govêrno e apresentarem os seus pareceres, foi definitivamente aprovada a seguinte moção:

«Atendendo que o protesto do proletariado contra o tirânico govêrno exige um formal gesto de revolta no qual nìtidamente se afirme a nossa franca solidariedade para com os honestos operários, vítimas da sanha governamental;

E considerando que para a grande amplitude do protesto se torna necessária uma forte propaganda junto de todo o proletariado do país; as direcções dos sindicatos do Pôrto e arredores, se bem que reconhecem poder ser proclamado um movimento de protesto local, reconhecem também que êsse protesto só surtirá o efeito desejado desde que êle seja de caracter nacional, resolvem:

1.º Que a U. S. O. edite um segundo manifesto ao público elucidando melhor os trabalhadores dos crimes que o govêrno vem cometendo à sombra de crimes praticados por individuos com os quais a organização operária nada tem e repele;

2.º Continuar agitando o proletariado mantendo-o em permanente revolta contra as prepotências do govêrno reaccionário de Vitorino Guimarães, para o que promoverá sessões públicas e auxiliará a comissão de agitação.

3.º Manifestar à C. G. T. a necessidade dum movimento de carácter nacional para que, com mais segurança, se parta a dentuça venenosa da reacção fascista portuguesa».

Foi também apresentado um aditamento para que se realize um comicio de protesto, convidando-se o proletariado a abandonar o trabalho, por meio dia, a fim de assistir ao mesmo. Os delegados da Carris e Empregados no Comércio não votam êste aditamento, alegando a natureza dos seus serviços.

Nesta reünião foi ainda apreciada uma carta assinada pelos deportados Marques da Costa, Bernardino dos Santos, José Gomes Pereira, Artur Pinho Alonso, Alfredo Pereira Vaz, João Ferreira, Carlos Ferreira, Joaquim António Pereira, José Castela, Raúl Onório e Alexandre José dos Santos, os quais pedem ao proletariado e militantes do Pôrto a sua solidariedade. — C.

O sr. Sá Pereira

entrevistado por A BATALHA condena as deportações e os espancamentos

Após uma sessão parlamentar que terminou tumultuosamente devido ao tão discutido cheque dos francos, tentámos abordar o sr. Sá Pereira, deputado democrático e que há dias protestou em São Bento contra as arbitrárias deportações de operários.

Antes de reproduzirmos a rápida conversa que tivemos com o sr. Sá Pereira, devemos acentuar que continuam a afluir os protestos de tôda a parte contra as bárbaras deportações e condenando o tratamento brutal que é dado aos presos nas esquadras policiais.

Alguns deputados protestaram ontem contra os espancamentos de indivíduos indefesos. Outros se seguirão, certamente. Podemos afiançar desde já que o sr. Sá Pereira, que hoje depõe no nosso inquérito, vai novamente condenar na Câmara dos Deputados as deportações. Tê-lo-hia feito ontem se não se esboçasse o tumulto que provocou o encerramento da sessão. Hoje provàvelmente protestará.

O sr. Sá Pereira só nos pode dizer meia duzia de palavras, mas elas, sintèticamente, dizem tudo.

A' nossa pergunta responde-nos:

—Sou contra todos os processos ilegais pois a lei actual tem elementos bastantes para julgar qualquer infracção. Duma maneira geral sou contra as deportações, de mais a mais da maneira como elas foram feitas.

—Nesse caso...

—Entendo que todos os crimes devem ser julgados nos tribunais comuns.

Uns amigos que encontrou no caminho interromperam o nosso entrevistado. Em grupo fomos descendo para a Calçada da Estrela. A meio da conversa interrompemo-lo e preguntamos-lhe:

—Sôbre o espancamento dos presos?...

—Já protestei contra os espancamentos quando do dezembrismo. E agora, como é lógico, protesto novamente, visto que não é admissivel, não é humano que se maltratem cruelmente criaturas indefesas, cuja culpabilidade não se apurou ainda.

—?...

—Pretende-se justificar a deportação com a prática de actos violentos, mas não me parece suficiente êsse argamento, por isso que um abuso ou mesmo um crime de nenhum modo justificam outro abuso ou outro crime...

E o sr. Sá Pereira, com veemência, acrescenta:

—Deviam imediatamente ser presos e demitidos os indivíduos que ordenam e praticam os espancamentos.

Fizemos uma última pregunta:

—Qual a sua opinião sôbre as arbitrariedades exercidas contra os jornais, principalmente contra *A Batalha*?

—Fui sempre contra as apreensões e sou partidário da mais desafogada liberdade de imprensa.

O funeral de Domingos Pereira realiza-se hoje às 5 horas

Da secretaria dos hospitais civis recebemos ontem a seguinte comunicação:

No Instituto de Medicina Legal realizou-se ontem a autópsia de Domingos Pereira, aquele padeiro que, há dias, foi morto a tiro na Praça de Alegria, como noticiámos. Verificou-se que a causa da morte foi devida a vários ferimentos por arma de fôgo. O seu funeral realiza-se hoje, saindo pelas 5 horas da manhã daquele estabelecimento para o cemitério Oriental.

Um desmentido oficial

Da Arcada foi-nos enviada a seguinte nota:

Também não é verdade que o «Aviso Cinco de Outubro» vá conduzir para a Guiné uma nova leva de presos, visto êste navio ir para o Algarve proceder a trabalhos hidrográficos. Se tiver efectivamente de ir algum navio levar os presos será provavel que seja escolhido o transporte «Gil Eanes». Comtudo no ministério da marinha nada está determinado a tal respeito.

Nem os da casa escapam

Temo-nos referido várias vezes aos bárbaros espancamentos de que são vítimas os presos. Não são apenas operários, considerados sindicalistas ou comunistas as vítimas da fúria policial. Os próprios republicanos, pela polícia republicana sofrem igual selvajaria sem a menor consideração pelas suas vidas.

Em refôrço desta asserção, vem o *Diário do Povo* de ontem, com a pequena local que a seguir reproduzimos e que atesta o ódio da polícia ao povo:

«Foi ontem posto em liberdade o nosso correligionário José Faustino, que, no dia 2 às 7 horas, quando se preparava para sair para o trabalho, foi preso em casa pelos agentes Menezes e Nogueira, que o conduziram para o Govêrno Civil.

Ali foi interrogado pelo chefe Xavier, que pretendia, com ameaças, obrigá-lo a confessar o ter tomado parte em diversos atentados e pertencer à Legião Vermelha.

Enviado para a esquadra de Alcântara, onde lhe fizeram novas ameaças, chegando um cabo de polícia a apontar-lhe a pistola, ficou incomunicável.

Transferido depois para a esquadra do Caminho Novo, foi ali o nosso correligionário agredido com duas bofetadas.

Que diz a isto o sr. governador civil?»

Aumenta o número

Foi preso o operário Artur Crescêncio Fernandes Teixeira, quando passava pela rua Eugénio dos Santos.

Conduzido ao posto do teatro Nacional não se sabe até agora o seu paradeiro. A família está aflita, temendo o destino que deram ao seu parente.

No Parlamento

foi o govêrno rudemente atacado pelas responsabilidades que lhe cabem nos espancamentos e deportações

O parlamento ontem tinha o ar carrancudo dos dias em que se espera que o govêrno desapareça do tablado. E, por isso, um número razoavel de deputados conservou-se durante tôda a sessão na sala, antegosando o prazer de ver espichar o ministério do sr. Vitorino. O sr. Guimarães, que já sabe que tem os dias contados, enervou-se por estarem todos a mirá-lo com o ar de quem fita um carneiro nas vascas da agonia. E, como bom democrático que é, a ânsia feroz de se agarrar às táboas da bancada deu-lhe fôrças desesperadas que transformaram a lesma incaracterística que êle é num energúmeno espumando de raiva impotente. Foi único—e foi cómico. Pôs-se aos saltos e aos berros com tal incoerência de gestos e tal profusão de palavras que se atropelavam, pisando a gramática cruelmente, que parecia enlouquecido e embriagado, hesitando os que o ouviam sôbre se êle necessitava colete de fôrças ou simplesmente de amoniaco.

Como numa das suas tiradas ridículas e epilépticas se tivesse atirado à oposição, queixando-se da desleal campanha que elas lhe moviam, o sr. Pedro Pita caiu-lhe em cima e a fundo.

O deputado nacionalista, com fogosidade, depois de várias considerações de ordem política que a nós nunca nos interessarão, referiu-se ao espancamento de presos. Constava que a polícia agredia brutalmente e até matava—presos.

Contra essas violências, que estavam fora de todos os princípios, quer republicanos ou monárquicos, êle lavrava o seu protesto.

O ministro do Interior, o sr. Vitorino Godinho, replica afirmando que tem dado repetidas ordens à polícia para que os presos não sejam maltratados.

Os que movem a campanha contra a polícia...

Algumas vozes: — E' *O Mundo* que move a campanha.

Vitorino mínimo, continuando, tem esta mirabolante afirmação:

—Esquecem-se, os que os atacam, que os policias por vestirem uma farda, não são filhos do povo.

Refere-se à morte do operário Domingos Pereira afirmando que vai mandar proceder a um inquérito. Ao acrescentar, porém, de que na policia não há assassinos deu a entender claramente que o inquérito era uma burla.

O sr. Pedro Pita replica dizendo que não estava na disposição de servir de tabela de bilhar para o ministro do Interior responder ao *Mundo*. As questões de familia que se derimam em familia não estando na disposição de nelas se imiscuir.

Constou-lhe que a polícia tem espancado prêsos. De resto já têm sido mostradas roupas ensangüentadas pertencentes a indivíduos a quem a policia agride.

O sr. ministro do Interior diz que na corporação da policia não há assassinos. Contudo, tem a certeza de que havendo naquela corporação milhares de criaturas, o ministro não ousaria responsabilizar-se por todas.

O sr. Pina de Morais depois de afirmar que a questão social existe em Portugal e que a organização operária possui uma fôrça considerável, critica o govêrno por a ter despresado.

Refere-se largamente à situação do exército declarando ver com tristeza um quartel cheio de gente improdutiva, quando o país necessitava de aproveitar todos os homens dos 20 aos 40 anos.

O govêrno não procedeu de acôrdo com os ditames da pura democracia, deportando em massa. Nem em tempo de guerra se fazem deportações desta maneira, tanto mais que o govêrno tinha recursos para destrinçar entre os inocentes e os culpados, castigando êstes últimos, mas dentro das normas do direito.

O orador combate a censura aos jornais demonstrando que ela nunca se pode nortear por nenhuma razão admissivel, obedecendo exclusivamente ao capricho dos censores.

Ataca as apreensões, considerando-as injustas e condenáveis. Existe uma lei da imprensa. Porque não a aplicam, cessando de praticar iniqüidades?

A «Legião Vermelha» deve merecer todo o interêsse ao govêrno de modo a fazer com que ela desapareça de vez. E' lamentável que a energia do govêrno só se volte para um lado, esquecendo-se de reprimir os crimes da «Legião Dourada» que considera mais repelentes e perniciosos. Essa Legião tem, até hoje, com impunidade atacado o Estado e a economia da nação, por maneiras muito subtis, por vezes, mas sempre indignas. Porque não a mete o govêrno na ordem? E nesta pregunta que ficou sem resposta encerrou o sr. Pina de Morais o seu discurso.

A BURLA DOS 240.000 FRANCOS

O ministro do Interior afirmou, a justificar-se, que era um homem honrado...

O sr. Vitorino Godinho, com a estupidez que é sua característica, referiu-se ao caso do cheque de 240.000 francos, argumentando que é um homem de trabalho e um homem pobre, embora seja «falho de inteligência e de talento».

O deputado Cunha Leal atacou-o com veemência dizendo que não se trata de averiguar se êle é homem de trabalho. O facto é que foram roubados 240.000 francos por meio dum cheque que era assinado pelo sr. Godinho. Se a assinatura era falsa, perdeu o Banco, o dinheiro, se era verdadeira o Estado é que ficou sem aquela quantia. Isso é que não se apurou, isso é que é conveniente que se apure.

E' preciso que o ministro da Guerra diga ao parlamento se foram arrancadas páginas das contas do C. E. P. depois destas encerradas. Houve ou não houve arranjo. Nada mais dirá sem que o ministro da Guerra faça declarações categóricas.

O orador aludiu ainda ao desaparecimento de 150.000 lençoes do C. E. P. que devia valer cêrca de 3.000 contos. Essa desaparição deu-se no tempo do sr. Vitorino Godinho.

Como o sr. Carvalho da Silva requeresse a prorrogação da sessão, o sr. Vitorino Guimarães desandou aos saltos e aos gritos como fizera no princípio da sessão.

O presidente do ministério está maluco com o receio da sua queda próxima?

2.000.000 de desempregados na Inglaterra

LONDRES, 17. — Continua num crescendo pavoroso o número de desempregados. Em tôda a Gran-Bretanha há actualmente sem ter que fazer mais de dois milhões de homens. — (L.)

A REVOLTA NA CHINA

A Grã-Bretanha manifesta intuitos conciliadores..

LONDRES, 17. — A associação das câmaras do comércio britânicas dirigiram ao sr. Baldwin uma petição no sentido do govêrno, de acôrdo com tôdas as potências com interêsses na China convocar o mais ràpidamente possível uma conferência de representantes das diferentes províncias chinesas para se procurar a forma de resolver favoràvelmente a situação. — (L.).

...e vai enviar mais navios de guerra para a China — O auxílio dos revolucionários russos

LONDRES, 17. — Os acontecimentos da China continuam a ser seguidos com especial interêsse pelo govêrno britânico.

O almirantado declarou que novos navios de guerra para ali vão ser enviados, elevando-se assim a 24 o número das unidades navais inglesas nas águas chinesas.

Segundo informações recebidas, os bolxevistas procuram agora fomentar um movimento revolucionário comunista em Pequim, continuando os soviétes a enviar telegramas e dinheiro aos estudantes, a fim de obterem grande número de adeptos entre êles. — (L.).

Medidas de prevenção

PEQUIM, 17. — Em conseqüência das reclamações do corpo diplomático o govêrno mandou guardar militarmente todos os escritórios e estabelecimentos estrangeiros. — (L.).

Barbas de môlho...

PARIS, 17. — O governador da Indo-China foi hoje recebido pelos srs. Painlevé e Briand com quem conferenciou largamente sôbre os acontecimentos da China e seu possível reflexo naquela colónia.

Ficaram assentes as medidas a adoptar